



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE Nº IN10002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250212IN10002

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:

Câmara Municipal de Queimadas

Rua Vereador José Anchieta Pachú, 03, Loteamento Correia Lima II - Queimadas - PB

CEP: 58000-000 - Tel.: (083) 33922276.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL.

ELEMENTOS BÁSICOS DO PROCESSO:

SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA
AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME
PROTOCOLO E AUTUAÇÃO DO PROCESSO
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR
PARECER JURÍDICO
ATOS DE ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CONTRATO CORRESPONDENTE
PUBLICAÇÕES
DOCUMENTAÇÃO DO CONTRATADO
ANEXOS

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

"Lei de Licitações e Contratos Administrativos."



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.

Senhor Presidente,

Solicitamos autorização para realizar procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, consideradas, ainda, as disposições da Lei 14.039/20, destinado a:

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

Justificativa para a necessidade da solicitação:

A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

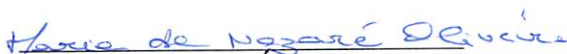
Informamos que existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser licitado, inclusive restou preliminarmente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, conforme consulta efetuada ao setor responsável.

Certos de contarmos com imediata aprovação desta solicitação pela sua total relevância e pertinência, ficamos a inteira disposição para maiores informações e demais esclarecimentos que forem julgados necessários.

Em anexo, elementos que instruem a presente Solicitação, inclusive:

- Documento de formalização da demanda - DFD; e
- Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Atenciosamente,



MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA

Tesoureira da câmara



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedêo Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

1.0. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

1.1. Constitui objeto da pretensa contratação: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

1.2. Classificação do objeto: Comum.

2.0. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação descrita é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.0. ALINHAMENTO AOS PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
DFD 1	CONTABILIDADE 1.1. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA CONTABILIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE VIGENTES E NORMAS APLICÁVEIS DO TCE; 1.2. ASSESSORAR E ACOMPANHAR O EMPENHAMENTO DIÁRIO E ENVIO DIÁRIO AO SAGRES E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ENTE, DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL; 1.3. REALIZAR A CONCLUSÃO DE BALANCETES MENSAIS E TRANSMISSÃO PARA O SAGRES; 1.4. ELABORAÇÃO DE BALANÇO ANUAL – PCA E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 1.5. ASSESSORAR NA REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DO PPA, LDO E ORÇAMENTO DA CÂMARA PARA O PERÍODO 2025; 1.6. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E PPA (PLANO PLURIANUAL) PARA O PERÍODO DE 2024 – 2025; 1.7. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA CÂMARA PARA O ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2025; 1.8. ASSESSORAR ACOMPANHAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DA CÂMARA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS COM DETALHAMENTO EM LINGUAGEM ACESSÍVEL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA; 1.9. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO DO RGF – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL E ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO SICONFI; 1.10. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO E ENVIO MENSAL DAS INFORMAÇÕES DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS – MSC; 1.11. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA DCTF; 2. OBRIGAÇÕES FISCAIS 2.1. ORIENTAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES (ALÍQUOTAS DE TRIBUTOS, ALÍQUOTAS PREVIDENCIÁRIAS) A QUE A CÂMARA MUNICIPAL ESTEJA VINCULADA, SEJAM FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS; 2.2. ELABORAÇÃO DOS REGISTROS FISCAIS OBRIGATÓRIOS, ELETRÔNICOS OU NÃO, PERANTE OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, BEM COMO AS DEMAIS	SERVIÇO	12



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

OBRIGAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS; 2.3. ATENDIMENTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO, BEM COMO AOS EVENTUAIS PROCEDIMENTOS FISCAIS. 3. DEPARTAMENTO DE PESSOAL 3.1. ASSESSORAR NO REGISTRO DE SERVIDORES E SERVIÇOS CORRELATOS; 3.2. ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRIBUTOS AFINS; 3.3. ASSESSORAR E ORIENTAR O CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS PRECEITOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE QUEIMADAS, BEM COMO DAQUELES ATINENTES À PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL E PREVIDÊNCIA MUNICIPAL E DE OUTROS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO MANTIDAS PELA CONTRATANTE; 3.4. ELABORAÇÃO DA DIRF 2024 – ANO CALENDÁRIO 2023; 3.5. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO MENSAL DO ESOCIAL DA CÂMARA; 3.6. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA RAIS 2023.		
--	--	--

4.2.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

4.2.1.Início: 3 (três) dias;

4.2.2.Conclusão: 12 (doze) meses.

4.3.A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.0.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1.A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

6.0.ESTIMATIVA DOS PREÇOS

6.1.A pretensa contratação é realizada por ente federativo e não envolve recurso da União. Nesse caso o valor previamente estimado foi definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente.

6.2.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos na forma estabelecida no Art. 23, § 3º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

6.3.O valor total é equivalente a R\$ 82.800,00.

7.0.PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1.Relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

8.0.RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1.A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

8.1.1.Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL;

8.1.2.Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis;

8.1.3.Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a referida contratação, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração;



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

8.1.4. Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

9.0. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Forma de contratação:

9.1.1. Inexigibilidade, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21.

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.

MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA

Tesoureira da câmara



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

1.0.DA JUSTIFICATIVA

1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.2.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

2.0.DO SERVIÇO

2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	OBSUNIDADE	QUANTIDADE
1	CONTABILIDADE 1.1. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA CONTABILIDADE DE ACORDO	... SERVIÇO	12

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no Termo de Referência.

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.

Maria de Nazaré Oliveira
MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA
Tesoureira da câmara



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

JUSTIFICATIVA DA PADRONIZAÇÃO E DO CATÁLOGO ELETRÔNICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

1.0.DA JUSTIFICATIVA

1.1. Modelos padronizados de documentos: no presente processo de contratação serão utilizados modelos diversos de minutas de elementos necessários para a sua formalização, tais como, termo de referência e contrato, todos padronizados, pela disponibilidade de sistema específico de instrução e gestão de processos licitatórios e contratos o qual permite, sem prejuízo das funcionalidades, a informatização dos procedimentos e ampla instituição de modelos de minutas de editais e contratos padronizados, dentre outros, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, dispensando, inclusive, a adoção das minutas do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso IV, da Lei 14.133/21.

1.2. Catálogo eletrônico de padronização: observados os aspectos e as características do objeto do presente processo, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na pretensa contratação, entende-se que o processo não recepciona de forma devida, a utilização de catálogo eletrônico de serviços, quer por inconsistência ou inexistência de adequada padronização em catálogo quando criado pela Administração, quer por inviabilidade ou incompatibilidade da adoção do respectivo catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo Federal; de que trata o Art. 19, inciso II, da Lei 14.133/21.

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.

MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA

Tesoureira da câmara



Câmara Municipal
Cassio Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PUBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL.**

3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PUBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	CONTABILIDADE 1.1. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA CONTABILIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE VIGENTES E NORMAS APLICÁVEIS DO TCE; 1.2. ASSESSORAR E ACOMPANHAR O EMPENHAMENTO DIÁRIO E ENVIO DIÁRIO AO SAGRES E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ENTE, DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL; 1.3. REALIZAR A CONCLUSÃO DE BALANCETES MENSIS E TRANSMISSÃO PARA O SAGRES; 1.4. ELABORAÇÃO DE BALANÇO ANUAL – PCA E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATORIAS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 1.5. ASSESSORAR NA REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DO PPA, LDO E ORÇAMENTO DA CÂMARA PARA O PERÍODO 2025; 1.6. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E PPA (PLANO PLURIANUAL) PARA O PERÍODO DE 2024 – 2025; 1.7. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA CÂMARA PARA O ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2025; 1.8. ASSESSORAR ACOMPANHAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DA CÂMARA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS COM DETALHAMENTO EM LINGUAGEM ACESSÍVEL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA; 1.9. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO DO RGF – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL E ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO SICONFI; 1.10. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO E ENVIO MENSAL DAS INFORMAÇÕES	SERVIÇO	12



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS – MSC; 1.11. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA DCTF; 2. OBRIGAÇÕES FISCAIS 2.1. ORIENTAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES (ALÍQUOTAS DE TRIBUTOS, ALÍQUOTAS PREVIDENCIÁRIAS) A QUE A CÂMARA MUNICIPAL ESTEJA VINCULADA, SEJAM FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS; 2.2. ELABORAÇÃO DOS REGISTROS FISCAIS OBRIGATÓRIOS, ELETRÔNICOS OU NÃO, PERANTE OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, BEM COMO AS DEMAIS OBRIGAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS; 2.3. ATENDIMENTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO, BEM COMO AOS EVENTUAIS PROCEDIMENTOS FISCAIS. 3. DEPARTAMENTO DE PESSOAL 3.1. ASSESSORAR NO REGISTRO DE SERVIDORES E SERVIÇOS CORRELATOS; 3.2. ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRIBUTOS AFINS; 3.3. ASSESSORAR E ORIENTAR O CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS PRECEITOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE QUEIMADAS, BEM COMO DAQUELES ATINENTES À PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL E PREVIDÊNCIA MUNICIPAL E DE OUTROS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO MANTIDAS PELA CONTRATANTE; 3.4. ELABORAÇÃO DA DIRF 2024 – ANO CALENDÁRIO 2023; 3.5. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO MENSAL DO ESOCIAL DA CÂMARA; 3.6. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA RAIS 2023.		
--	--	--

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do serviço

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com consequente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

7. Levantamento de mercado

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedêão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL**. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto do presente estudo técnico preliminar, da forma como se apresenta.

9. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

A pretensa contratação é realizada por ente federativo e não envolve recurso da União. Nesse caso o valor previamente estimado foi definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos na forma estabelecida no Art. 23, § 3º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 82.800,00.

10. Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL**. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta.

11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não poderá incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo a impraticável cotação de quantidade inferior à demandada no procedimento para o respectivo item; quer seja na forma material, não sendo possível a execução em consórcio ou ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

12. Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL**.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13. Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14. Análise de risco


Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação do presente serviço deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15. Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.


MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA
Tesoureira da câmara



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

1.0. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1. O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0. DA APROVAÇÃO

2.1. Fica o Estudo Técnico Preliminar em tela aprovado nos termos como se apresenta.

Estudo Técnico Preliminar aprovado - Art. 6º, XX, da Lei 14.133/21:


"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação."

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.


RICARDO LUCENA DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.**

1.2.A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

3.0.DO SERVIÇO

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	CONTABILIDADE 1.1. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA CONTABILIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE VIGENTES E NORMAS APLICÁVEIS DO TCE; 1.2. ASSESSORAR E ACOMPANHAR O EMPENHAMENTO DIÁRIO E ENVIO DIÁRIO AO SAGRES E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ENTE, DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL; 1.3. REALIZAR A CONCLUSÃO DE BALANCETES MENSIS E TRANSMISSÃO PARA O SAGRES; 1.4. ELABORAÇÃO DE BALANÇO ANUAL – PCA E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATORIAS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 1.5. ASSESSORAR NA REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DO PPA, LDO E ORÇAMENTO DA CÂMARA PARA O PERÍODO 2025; 1.6. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E PPA (PLANO PLURIANUAL) PARA O PERÍODO DE 2024 – 2025; 1.7. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA CÂMARA PARA O ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2025; 1.8. ASSESSORAR ACOMPANHAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DA CÂMARA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS COM DETALHAMENTO EM LINGUAGEM ACESSÍVEL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA; 1.9. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO DO RGF – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL E ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO SICONFI; 1.10. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO E ENVIO MENSAL DAS INFORMAÇÕES DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS – MSC; 1.11. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA DCTF; 2. OBRIGAÇÕES FISCAIS 2.1. ORIENTAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES (ALÍQUOTAS DE TRIBUTOS, ALÍQUOTAS PREVIDENCIÁRIAS) A QUE A	SERVIÇO	12



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedson Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

<p>CÂMARA MUNICIPAL ESTEJA VINCULADA, SEJAM FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS; 2.2. ELABORAÇÃO DOS REGISTROS FISCAIS OBRIGATÓRIOS, ELETRÔNICOS OU NÃO, PERANTE OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, BEM COMO AS DEMAIS OBRIGAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS; 2.3. ATENDIMENTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO, BEM COMO AOS EVENTUAIS PROCEDIMENTOS FISCAIS. 3. DEPARTAMENTO DE PESSOAL 3.1. ASSESSORAR NO REGISTRO DE SERVIDORES E SERVIÇOS CORRELATOS; 3.2. ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRIBUTOS AFINS; 3.3. ASSESSORAR E ORIENTAR O CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS PRECEITOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE QUEIMADAS, BEM COMO DAQUELES ATINENTES À PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL E PREVIDÊNCIA MUNICIPAL E DE OUTROS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO MANTIDAS PELA CONTRATANTE; 3.4. ELABORAÇÃO DA DIRF 2024 – ANO CALENDÁRIO 2023; 3.5. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO MENSAL DO ESOCIAL DA CÂMARA; 3.6. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA RAIS 2023.</p>		
--	--	--

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estar presente a situação prevista no inciso IV, do Art. 49, todos da Lei 123/06: Licitação inexigível - Art. 74, III, da Lei 14.133/21; e Lei Federal nº 14.039/20.

4.2.No processo, portanto, deverá ser considerado quaisquer executante em potencial que se enquadre nos requisitos da norma para as hipóteses de inexigibilidade de licitação, inclusive as Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observe, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7.Observe, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA



Câmara Municipal

Corso Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

7.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

7.1.1.Início: 3 (três) dias;

7.1.2.Conclusão: 12 (doze) meses.

7.2.A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

8.1.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do fornecedor, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2.Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.


MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA
Tesoureira da Câmara



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"

...

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.


RICARDO LUCENA DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

VALOR DE REFERÊNCIA: Consulta de mercado

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da respectiva solicitação: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

2.0.DA CONSULTA DE MERCADO

2.1.Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

2.2.A pretensa contratação é realizada por ente federativo e não envolve recurso da União. Nesse caso o valor previamente estimado foi definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente.

2.3.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos na forma estabelecida no Art. 23, § 3º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

2.4.Mês que serviu de base para elaboração da consulta de mercado: Janeiro de 2025.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	CONTABILIDADE 1.1. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA CONTABILIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE VIGENTES E NORMAS APLICÁVEIS DO TCE; 1.2. ASSESSORAR E ACOMPANHAR O EMPENHAMENTO DIÁRIO E ENVIO DIÁRIO AO SAGRES E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ENTE, DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL; 1.3. REALIZAR A CONCLUSÃO DE BALANCETES MENSAIS E TRANSMISSÃO PARA O SAGRES; 1.4. ELABORAÇÃO DE BALANÇO ANUAL - PCA E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATORIAS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 1.5. ASSESSORAR NA REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DO PPA, LDO E ORÇAMENTO DA CÂMARA PARA O PERÍODO 2025; 1.6. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E PPA (PLANO PLURIANUAL) PARA O PERÍODO DE 2024 - 2025; 1.7. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA CÂMARA PARA O PROGRAMA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2025; 1.8. ASSESSORAR ACOMPANHAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DA CÂMARA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS COM DETALHAMENTO EM LINGUAGEM ACESSÍVEL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA; 1.9. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO DO RGF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL E ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO SICONFI; 1.10. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO E ENVIO MENSAL DAS INFORMAÇÕES DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS - MSC; 1.11. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA DCTF; 2. OBRIGAÇÕES FISCAIS 2.1. ORIENTAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS	SERVIÇO	12	6.900,00	82.800,00



Câmara Municipal

Cassio Vereador Gedecio Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

LEGAIS VIGENTES (ALÍQUOTAS DE TRIBUTOS, ALÍQUOTAS PREVIDENCIÁRIAS) A QUE A CÂMARA MUNICIPAL ESTEJA VINCULADA, SEJAM FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS; 2.2. ELABORAÇÃO DOS REGISTROS FISCAIS OBRIGATÓRIOS, ELETRÔNICOS OU NÃO, PERANTE OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, BEM COMO AS DEMAIS OBRIGAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS; 2.3. ATENDIMENTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO, BEM COMO AOS EVENTUAIS PROCEDIMENTOS FISCAIS. 3. DEPARTAMENTO DE PESSOAL 3.1. ASSESSORAR NO REGISTRO DE SERVIDORES E SERVIÇOS CORRELATOS; 3.2. ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRIBUTOS AFINS; 3.3. ASSESSORAR E ORIENTAR O CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS PRECEITOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE QUEIMADAS, BEM COMO DAQUELES ATINENTES À PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL E PREVIDÊNCIA MUNICIPAL E DE OUTROS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO MANTIDAS PELA CONTRATANTE; 3.4. ELABORAÇÃO DA DIRF 2024 - ANO CALENDÁRIO 2023; 3.5. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO MENSAL DO ESOCIAL DA CÂMARA; 3.6. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA RAIS 2023.				
Total				82.800,00

3.0.DO VALOR

3.1.O valor total é equivalente a R\$ 82.800,00.

4.0.DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: 3 (três) dias

Conclusão: 12 (doze) meses

4.2.A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

4.3.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

4.4.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.5.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.7.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.8.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

- 4.10. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
- 4.11. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.
- 4.12. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.

Maria de Nazaré Oliveira

MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA

Tesoureira da Câmara



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Realização do referido procedimento de contratação direta:

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Recursos não Vinculados de Impostos: GESTÃO/UNIDADE: 01.010
PROGRAMA DE DESPESA: 3390.39
ELEMENTO DE DESPESA: 031 1001 3390.35 99

Queimadas - PB, 11 de Fevereiro de 2025.


MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA
Tesoureira da Câmara

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Expediente: SOLICITAÇÃO

Secretaria de Finanças.

Assunto: Procedimento de inexigibilidade de licitação.

Anexo: Solicitação correspondente devidamente instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

DESPACHO

AUTORIZO a realização do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, consideradas, ainda, as disposições da Lei 14.039/20, objetivando:

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

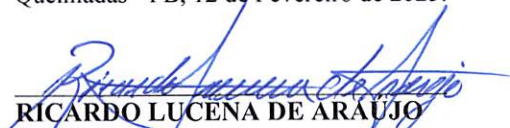
Destaca-se que o referido certame, como evidenciado na etapa inicial do processo, será regido pela seguinte regra:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Conforme informação do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, inclusive restou devidamente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, ao Setor de Contratação deste órgão para formalização do referido procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Queimadas - PB, 12 de Fevereiro de 2025.


RICARDO LUCENA DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal



REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROTOCOLO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250212IN10002

Realização do referido procedimento de contratação direta:

Origem: Secretaria de Finanças

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

Fundamentação: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Protocolo: Observadas as disposições legais, bem como os elementos que instruem os autos, em especial a justificativa para a necessidade da demanda requerida e principalmente a devida autorização para formalização da referida contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, consideradas, ainda, as disposições da Lei 14.039/20, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:

INEXIGIBILIDADE Nº IN10002/2025 - 12/02/2025

Procedimento: Aos autos do processo ora protocolado e numerado, o qual está instruído com a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e a autorização da autoridade competente; após a devida autuação, serão juntados oportunamente a exposição de motivos e seus elementos constitutivos, inclusive a correspondente minuta do contrato, a qual indicará, necessariamente, as razões da escolha do contratado bem como a justificativa de preço; e que posteriormente deverão ser submetidos à apreciação da Autoridade Superior para aprovação e à análise dos setores competentes para emissão de parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na Lei 14.133/21, em especial no seu Art. 72. Deverá ser juntada aos autos, ainda, a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do referido artigo, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Queimadas - PB, 12 de Fevereiro de 2025.


JURANDIR DA SILVA
Agente de Contratação

TERMO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250212IN10002

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

I - RECEBIMENTO

Nesta data recebemos a documentação inerente à execução do objeto acima indicado, composta, inclusive, pelos seguintes elementos: solicitação para realizar procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, consideradas, ainda, as disposições da Lei 14.039/20, com justificativa para a necessidade da contratação e a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e a autorização da autoridade competente.

II - PROTOCOLO

Observadas as disposições legais, bem como os elementos que instruem os autos, em especial a justificativa para a necessidade da demanda requerida e principalmente a devida autorização para formalização da referida contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, consideradas, ainda, as disposições da Lei 14.039/20, este Órgão de Contratação protocolou o processo em tela:
Inexigibilidade nº IN10002/2025 - 12/02/2025.


III - ELEMENTOS DO PROCESSO

Após devidamente autuado, protocolado e numerado, aos autos do presente processo, o qual está instruído com a respectiva documentação de formalização de demanda; estimativa de despesa; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e da autorização da autoridade competente; serão juntados oportunamente a exposição de motivos e seus elementos constitutivos, inclusive a correspondente minuta do contrato, a qual indicará, necessariamente, as razões da escolha do contratado bem como a justificativa de preço.

IV - PROCEDIMENTO

Posteriormente a juntada da respectiva exposição de motivos, a qual indicará, necessariamente, dentre outras informações, as razões da escolha do contratado bem como a justificativa de preço, com a correspondente minuta do contrato, os autos deverão ser submetidos à apreciação da Autoridade Superior para aprovação e à análise dos setores competentes para emissão de parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na Lei 14.133/21, em especial no seu Art. 72. Deverá ser juntada aos autos, ainda, a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do referido artigo, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Queimadas - PB, 12 de Fevereiro de 2025.



JURANDIR DA SILVA
Agente de Contratação

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA QUE
GIRARÁ SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE: "SECAP – SERVIÇOS E
CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA"**



CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO, Brasileira, natural de Soledade – PB; Nascida em 25/11/1981, Solteira, Empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 2.443.646 SSP/PB e CPF nº 039.803.134-76; GILVANIRA MARIA GOMES LUCENA SAMPAIO, Brasileira, natural de Soledade – PB, Nascida em 11/08/1962, Divorciada, Empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 690.981 – 2ª Via SSP/PB e CPF nº 395.728.894-00; e HADES KLEYSTSON GOMES SAMPAIO, Brasileiro, natural de Soledade – PB, Nascido em 13/05/1980, Solteiro, Empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.443.639 SSP/PB e CPF nº 035.146.274-01, ambos residentes e domiciliados à Avenida Eng. José Celino Filho, 95, Apto. 301, Mirante, Campina Grande – PB, CEP 58407-664, têm entre si justos e contratados a constituição de uma sociedade empresária limitada a qual reger-se-á pelas instruções do presente instrumento, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sociedade girará sob o nome empresarial “SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA”, e terá sede e domicílio à Rua Desembargador Trindade, 332, Loja 03, Centro, Campina Grande – PB, CEP 58.400-260.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Sociedade terá como objetivo social:

- Serviços de Contabilidade;
- Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA QUARTA:

O capital social será no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), será dividido em 30.000 (Trinta mil) quotas de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, devidamente subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios como segue:

26

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA QUE
GIRARÁ SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE: "SECAP – SERVICOS E
CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA"**



Continuação

Sócios	Quotas	(%)	Valor (R\$)
Cynthia Karinne Gomes Sampaio	9.900	33%	9.900,00
Gilvanira Maria Gomes Lucena Sampaio	9.900	33%	9.900,00
Hades Kleystson Gomes Sampaio	10.200	34%	10.200,00
TOTAL	30.000	100%	30.000,00

CLÁUSULA QUINTA:

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, observando o seguinte:

I – Os sócios deverão ser comunicados por escrito para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 30 (trinta) dias;

II – Findo o prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA:

O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência, de prazo mínimo, de 30 (trinta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.

Parágrafo Único: Caso os demais sócios decidam adquirir as quotas do sócio retirante, os haveres deste serão pagos, após o levantamento do balanço geral da sociedade, em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da retirada do sócio.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA QUE
GIRARÁ SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE: "SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE
PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA"**



Continuação

CLÁUSULA OITAVA:

A administração da sociedade ficará a cargo de todos os sócios, ao qual cabe em conjunto ou isoladamente a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA NONA:

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA:

A sociedade terá início de suas atividades na data de aprovação deste contrato na JUCEP-PB e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Os sócios poderão ter direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, a ser fixada anualmente pelo consenso unânime na reunião de sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminado em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço patrimonial e efetuada a apuração do resultado, em conformidade com as disposições legais pertinentes.

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA QUE
GIRARÁ SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE: "SECAP – SERVICOS E CONTABILIDADE
PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA"**



Continuação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador, aumento/redução do capital, designação de lucros, alteração contratual, fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

Parágrafo primeiro – A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação do administrador e/ou sócios.

Parágrafo segundo – As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ do capital, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis, ficando eleito o Foro da Comarca de Campina Grande – PB, preterindo-se qualquer outro por mais privilegiado que sejam.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que serão assinadas por todos os sócios, sendo a primeira via arquivada na Junta Comercial do Estado da Paraíba e as outras vias devolvidas aos contratantes, depois de anotadas.

23

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA QUE
GIRARÁ SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE: "SECAP - SERVICOS E
CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA"**


Continuação

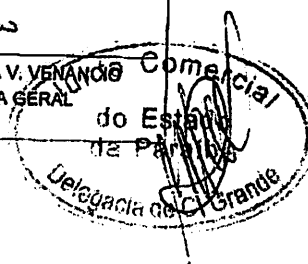
Campina Grande - PB, 15 de Dezembro de 2011.

Cynthia Karinne Gomes Sampaio
Cynthia Karinne Gomes Sampaio

Gilvanira Maria S.L. Sampaio
Gilvanira Maria Gomes Lucena Sampaio

Hades Kleystson Gomes Sampaio
Hades Kleystson Gomes Sampaio

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/12/2011 SOB Nº: 25200566882 Protocolo: 11/051671-0, DE 19/12/2011
SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA	<u>Maria de Fátima V. Venâncio</u> MARIA DE FÁTIMA V. VENÂNCIO SECRETÁRIA GERAL



PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA DE:

"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA – ME".

Pelo presente instrumento particular e pela melhor forma de direito, as partes abaixo:

CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 039.803.134-76, nacionalidade brasileira, natural de Soledade - PB, solteira, nascida em 25.11.1981, Administradora, RG 2.443.646 2ª Via SSDS/PB, residente e domiciliada a Rua Desembargador Trindade, nº 347 - Apto 1403 – Centro – Campina Grande – PB, CEP 58.400-260.

GILVANIRA MARIA GOMES LUCENA SAMPAIO, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 395.728.894-00, nacionalidade brasileira, natural de Soledade - PB, divorciada, nascida em 11.08.1962, Empresária, RG 690.981 2ª Via SSP/PB, residente e domiciliada a Rua Desembargador Trindade, nº 347 - Apto 1403 – Centro – Campina Grande – PB, CEP 58.400-260.

HADES KLEYSTON GOMES SAMPAIO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 035.146.274-01, nacionalidade brasileiro, natural de Soledade - PB, solteiro, nascido em 13.05.1980, Contador, RG 2.443.639 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua Jose Adnoste Roberto, nº 150 - Apto 304 – Edifício Jar – Catolé – Campina Grande – PB, CEP 58.410-193.

Únicos sócios da Sociedade Empresaria Limitada "**SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA – ME**", CNPJ 14.821.365/0001-91, situada na Rua Desembargador Trindade, nº 332 – Loja 03 – Centro – Campina Grande – PB, CEP 58.400-260, com Contrato de Constituição arquivado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob NIRE 2520056688-2, por despacho de 19.12.2011, resolvem de comum acordo promover alteração em seu contrato de constituição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

INGRESSO E RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Neste ato, retira-se da sociedade dando plena e rasa quitação dos seus haveres, a sócia **GILVANIRA MARIA GOMES LUCENA SAMPAIO**, que cede e transfere sua quota no valor de R\$ 9.900,00 (Nove mil e novecentos reais) sendo:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE

CERTIFICADO REGISTRO EM 19/06/2015 10:56 SOB Nº 20150274440.
PROTOCOLO 150274440 DE 19/06/2015. NIRE: 25200566882.
SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA ME

Maria de Fátima Ventura Venâncio
SECRETÁRIA GERAL
JOÃO PESSOA, 19/06/2015

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA DE:
"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA – ME".

31

Continuação:

- o R\$ 6.300,00 (Seis mil e trezentos reais) para o sócio **HADES KLEYSTSON GOMES SAMPAIO**, que passa a ter R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), integralizados em moeda corrente do país.
- o R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais) para a sócia **CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO**, que passa a ter R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) integralizados em moeda corrente do país.

[Handwritten signature]

DO CAPITAL SOCIAL

[Handwritten signature]

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), divididos em 30.000 (trinta mil cotas) de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, permanece inalterado em seu valor, tanto na quantidade das quotas, quanto no valor de cada quota em que se divide, sendo que por força de cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

guy sampaio

Sócios	Quotas	(%)	Valor (R\$)
Cynthia Karinne Gomes Sampaio	13.500	45	13.500,00
Hades Kleystson Gomes Sampaio	16.500	55	16.500,00
Total	30.000	100	30.000,00

DAS QUOTAS DA SOCIEDADE

CLÁUSULA TERCEIRA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE



CERTIFICADO DE REGISTRO EM 19/06/2015 10:56 SOB Nº 20150274440.
PROTOCOLO 150274440 DE 19/06/2015. NIRE: 25200566882.
SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA ME

Maria de Fátima Ventura Venâncio
SECRETÁRIA GERAL
JOÃO PESSOA, 19/06/2015

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA DE:
"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA – ME".

32

Continuação:

DA RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA QUARTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade será exercido(a) pelo(a) sócios(as) CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO e HADES KLEYSTSON GOMES SAMPAIO, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.



§ 1º Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovada por 2/2 dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei nº 10.046/2002.

Gul Sampaio

§ 2º No exercício da administração, os administradores terão direito a uma retirada mensal, a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

§ 3º Caberá aos administradores assinarem em conjunto a prática dos atos necessários ou convenientes a administração da empresa.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA SEXTA: O exercício social encerrará em 31 de dezembro de cada ano, quando o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE

CERTIFICADO DE REGISTRO EM 19/06/2015 10:56 SOB Nº 20150274440.
PROTOCOLO 150274440 DE 19/06/2015. NRE 25200566882.
SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA ME

Maria de Fátima Ventura Venâncio
SECRETÁRIA GERAL
JOÃO PESSOA, 19/06/2015

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
DENOMINADA DE:
"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA – ME".

33

Continuação:

DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA SÉTIMA: Retirando-se, falecendo ou interdito qualquer sócio(a), a sociedade não se dissolverá, continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Inexistindo interesse na continuidade da sociedade esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas. Em nenhuma hipótese a sociedade poderá continuar com apenas um sócio por mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DO DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA OITAVA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos(as) de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou propriedade.
(Lei 1.011, § 1º, CC/2002).

DO FORO

CLÁUSULA NONA: As demais cláusulas não modificadas por este instrumento permanecem em pleno vigor.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE

CERTIFICADO REGISTRO EM 19/06/2015 10:58 SOB Nº 20150274440.
PROTOCOLO 150274440 DE 19/06/2015. NRE: 25200566882.
SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA ME

Maria de Fátima Ventura Venâncio
SECRETÁRIA GERAL
JOÃO PESSOA, 19/06/2015

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA DE:
"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA – ME".

34

Continuação:

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quando neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato assinando-o em 01(uma) via, destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Paraíba, para que produza os efeitos legais.

Campina Grande – PB, 20 de Maio de 2015



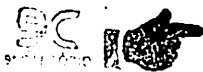
Cynthia Karinne Gomes Sampaio

Cynthia Karinne Gomes Sampaio



Gilvanira Maria Gomes Lucena Sampaio

Gilvanira Maria Gomes Lucena Sampaio



Hades Kleyston Gomes Sampaio

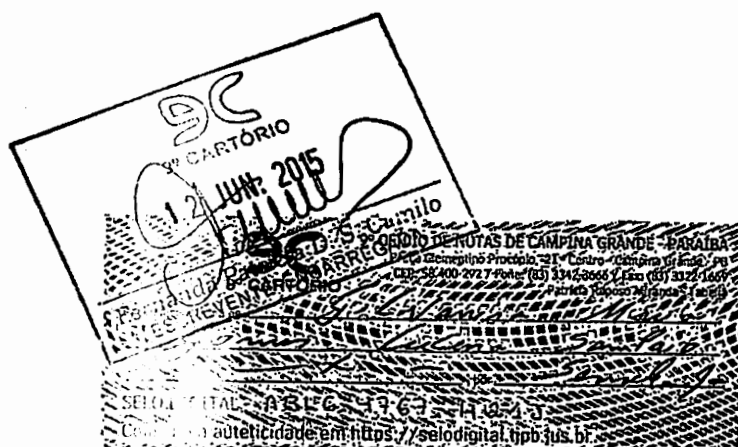
Hades Kleyston Gomes Sampaio

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE



CERTIFICADO REGISTRO EM 19/06/2015 10:56 SOB Nº 20150274440.
PROTOCOLO 150274440 DE 19/06/2015. NRE: 25200566882.
SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA ME

Maria de Fátima Ventura Venâncio
SECRETÁRIA GERAL
JOÃO PESSOA, 19/06/2015



1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

IVANDRO CUNHA LIMA

R. Vidal de Negreiros, 70 - Centro - Campina Grande - PB - CEP 58.400-283
Fones: (83) 3321-2179 - (83) 3321-1202 - (83) 3321-1150

CONHECIMENTO DE FIRMA

Reconheço a MELHANÇA a firma de 039.803.134-78 -
CYNTHIA GOMES SAMPAIO. Dou fé, Campina
Grande, 12 de Junho de 2015 - 10:28.

Em testemunha da verdade,

Selo Digital - Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tpb.jus.br>
Valor: R\$ 0,23 FARPEN: R\$ 0,23 Total: R\$ 0,46
505c36894889ed00c0dfe0502531fed7ba482



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SEDE



CERTIFICADO DE REGISTRO EM 19/06/2015 10:56 SOB Nº
20150274440.
PROTOCOLO 150274440 DE 19/06/2015. Nº RE: 25200566882.
SECAPO SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA
ME

Maria de Fátima Ventura Venâncio
SECRETÁRIA GERAL
JOÃO PESSOA, 19/06/2015

Este documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade no site
www.redesim.pb.gov.br informando o seguinte código de verificação: PB150274440

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA DE:
"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA".

Pelo presente instrumento particular e pela melhor forma de direito, as partes abaixo:

CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 039.803.134-76, nacionalidade brasileira, natural de Soledade - PB, solteira, nascida em 25.11.1981, Administradora, Portadora da CNH n.º 01174862438 DETRAN-PB, residente e domiciliada a Rua Desembargador Trindade, nº 347 - Apto 1403 – Centro – Campina Grande – PB, CEP 58.400-260.

HADES KLEYSTON GOMES SAMPAIO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 035.146.271-01, nacionalidade brasileiro, natural de Soledade - PB, solteiro, nascido em 13.05.1980, Contador, Portador da CNH n.º 00674084375 DETRAN-PB, residente e domiciliado a Rua Jose Adnoste Roberto, nº 150 - Apto 304 – Edifício Jar – Catolé – Campina Grande – PB, CEP 58.410-193.

Únicos sócios da Sociedade Empresaria Limitada **"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA"**, CNPJ 14.821.365/0001-91, situada na Rua Desembargador Trindade, nº 332 - Loja 03, Centro – Campina Grande – PB, CEP 58.400-260, com Contrato de Constituição arquivado na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob NIRE 2520056688-2, por despacho de 19.12.2011, resolvem de comum acordo promover alteração em seu contrato de constituição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A administração da sociedade será exercido(a) pelo(a) sócios(as) **CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO** e **HADES KLEYSTON GOMES SAMPAIO**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.



CERTIFICADO DE REGISTRO EM 14/03/2019 16:08 SOB Nº 20181146126.
 PROTOCOLO 181146126 DE 14/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
 11901155490. NIRE 25200566882.
 SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio
 SECRETÁRIA GERAL
 JOÃO PESSOA, 14/03/2019
 www.redesim.pb.gov.br

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA DE:
"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA".

Continuação:

§ 1º Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovada por, no mínimo, 2/3 do capital social, nos termos do art. 1.061 da Lei nº 10.046/2000.

§ 2º Caberá aos administradores assinarem *ISOLADAMENTE* a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da empresa.

DO PRO LABORE

CLÁUSULA SEGUNDA: No exercício da administração, os administradores poderão ter direito a uma retirada mensal, a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

§ 1º O início da retirada de pro labore só poderá ser iniciada após iniciar o faturamento da empresa.

§ 2º A decisão da retirada de pro labore, fica facultada a reunião dos sócios com devido registro na respectiva ata.

DO DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).



CERTIFICADO DE REGISTRO EM 14/03/2019 16:08 SOB Nº 20181146126.
 PROTOCOLO 181146126 DE 14/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
 11901155490. NIRE: 25200566882.
 SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio
 SECRETÁRIA GERAL
 JOÃO PESSOA, 14/03/2019
 www.redejam.pb.gov.br

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA DE:
"SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA".

Continuação

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CLÁUSULA QUARTA: O exercício social encerrará em 31 de dezembro de cada ano, quando os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário e das demonstrações contábeis que incluem o patrimônio e o resultado econômico.

DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA QUINTA: Realizado o inventário e as demonstrações contábeis, caberá aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

1. Durante o exercício os sócios poderão realizar antecipações de lucros conforme dispõe o artigo 1.001 da Lei 6.404/76, podendo, inclusive, realizar antecipações mensais.

2. Caso haja distribuição de lucros durante o exercício, o montante distribuído, não poderá ultrapassar o lucro obtido no exercício somado as reservas de lucros existentes.

3. A distribuição que ultrapassar o limite previsto do § 2º acima deverá ser devolvida, em espécie, em depósito em conta bancária da empresa, até o último dia útil do primeiro mês do exercício social seguinte.

4. A devolução supracitada seja realizada em espécie, deverá ser realizada a DME – Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie.



CERTIFICADO DE REGISTRO EM 14/03/2019 16:08 SOB Nº 20181146126.
 PROTOCOLO 181146126 DE 14/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
 11901155490. Nº RE: 25200566882.
 SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio
 SECRETÁRIA GERAL
 JOÃO PESSOA, 14/03/2019
www.redeem.pb.gov.br

SEÇÃO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA DE:
SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA".

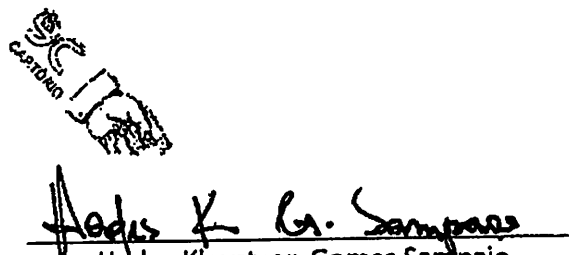
Continuação:

CLÁUSULA SEXTA: As demais cláusulas não modificadas por este instrumento permanecem em pleno vigor.

Por se acharem em perfeito acordo em tudo quando neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato assinando-o em 01 via, destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Paraíba, para que produza os efeitos legais.

Campina Grande – PB, 28 de Novembro de 2018.


 Maria Karinne Gomes Sampaio


 Hades Kleystson Gomes Sampaio



CERTIFICADO DE REGISTRO EM 14/03/2019 16:08 SOB Nº 20181146126.
 PROTOCOLO 181146126 DE 14/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
 11901155490. NIRE: 25200566882.
 SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio
 SECRETÁRIA GERAL
 JOÃO PESSOA, 14/03/2019
www.redeem.pb.gov.br

9º OFÍCIO DE NOTAS DE CAMPINA GRANDE | PARAIBA
Rua. Clementina Proença, 21 | Centro | CEP: 58.400-292 | Campina Grande | PB
Fone: (31) 3333-1000 | E-mail: mofnotas@tjpb.jus.br | Daniele Vilar de Almeida - Tabelão

Reconheço, por ser (homem, a(s) firma(s) de:.....
HADES KLEYSTON GOMES SILVA
Em testada verdade, Campina Grande-PB 21/02/2019 14:52:45
Leane Mota Amorim - Estrevante Autorizada
[2019-002444]JENOL:R\$ 0,29 FAPEN:R\$ 1,98 ISS:R\$ 0,50
SELO DIGITAL: AMT27383-8YV
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Mota Amorim
ESTREVENTE
9º OFÍCIO DE NOTAS

9º OFÍCIO DE NOTAS DE CAMPINA GRANDE | PARAIBA
Rua. Clementina Proença, 21 | Centro | CEP: 58.400-292 | Campina Grande | PB
Fone: (31) 3333-1000 | E-mail: mofnotas@tjpb.jus.br | Daniele Vilar de Almeida - Tabelão

Reconheço, por ser (homem, a(s) firma(s) de:.....
CYNTHIA MARINA GOMES SILVA
Em testada verdade, Campina Grande-PB 21/02/2019 14:53:41
Leane Mota Amorim - Estrevante Autorizada
[2019-002444]JENOL:R\$ 0,29 FAPEN:R\$ 1,98 ISS:R\$ 0,50
SELO DIGITAL: AMT27383-8YV
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Mota Amorim
ESTREVENTE
9º OFÍCIO DE NOTAS



CERTIFICADO DE REGISTRO EM 14/03/2019 16:08 SCB Nº 20181146126.
PROTOCOLO 181146126 DE 14/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
11901155490. Nº RE: 25200566882.
SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA

Maria de Fátima Ventura Venâncio
SECRETÁRIA-GERAL
JOÃO PESSOA, 14/03/2019
www.redesim.pb.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.821.365/0001-91 Matriz	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/12/2011
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL SECAP - SERVICOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SECAP	PORTE ME
---	-------------

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO	CPF 039.###.###-76	QUALIFICAÇÃO Sócio-Administrador
--	-----------------------	-------------------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 6920-6/01 - Atividades de contabilidade
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO DESEMBARGADOR TRINDADE	NÚMERO 332	COMPLEMENTO LOJA 03
--------------------------------------	---------------	------------------------

CEP 58400260	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE	UF PB
-----------------	---------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (83) 33414134
---------------------	---------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL Ativa	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/12/2011
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES

NOME/NOME EMPRESARIAL HADES KLEYSTSON GOMES SAMPAIO	CPF/CNPJ 035.###.###-01	QUALIFICAÇÃO Sócio-Administrador
--	----------------------------	-------------------------------------

NOME/NOME EMPRESARIAL CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO	CPF/CNPJ 039.###.###-76	QUALIFICAÇÃO Sócio-Administrador
--	----------------------------	-------------------------------------

Código de autenticidade: 4825633b51eb0677

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119 de 06 de dezembro de 2022. Informações vigentes na data da emissão.

Emitido no dia 26/12/2024 às 10:40:42 (data e hora de Brasília) por CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO - CPF 039.803.134-76

O código pode ser consultado no endereço <https://consultacnpj.redesim.gov.br/autenticidade-comprovante-inscricao>
(<https://consultacnpj.redesim.gov.br/autenticidade-comprovante-inscricao>).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SECAP - SERVICOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA
CNPJ: 14.821.365/0001-91

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:27:35 do dia 03/01/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/07/2025.

Código de controle da certidão: **E5BC.1F88.B53C.9F62**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

43

CERTIDÃO

CÓDIGO: 6A92.5E8B.0320.99A9

Emitida no dia 26/12/2024 às 10:20:55

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: 14.821.365/0001-91

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.** A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL

Certificamos para os devidos fins, em atendimento ao requerimento protocolado sob o nº **87.823/2024**, que até a presente data, consta em nossos arquivos créditos tributários vencidos para com a Fazenda Municipal, com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), combinado com o art. 233, da Lei Complementar Municipal nº 116, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal), de responsabilidade da **SECAP-SERVICO E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA**, de **CNPJ nº14.821.365/0001-91**, inscrita no Cadastro Municipal de Contribuinte (CMC) **527040**, ficando ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar qualquer débito que venha a ser apurado em levantamento posterior.

Certidão expedida com base no art. 304 da Lei Complementar Municipal nº 116, de 14 de dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal), combinado com os art. 206, da Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Válida por 90 (noventa) dias

Campina Grande, 02 de Dezembro de 2024



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 58A8-E142-E87F-5B28

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RODOLFO FELIX ALMEIDA (CPF 053.XXX.XXX-08) em 02/12/2024 11:31:00 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/58A8-E142-E87F-5B28>

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 14.821.365/0001-91
Razão Social: SECAP SERVICOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA
Endereço: R DESEMBARGADOR TRINDADE 332 LOJA 03 / CENTRO / CAMPINA GRANDE / PB / 58400-260

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/02/2025 a 07/03/2025

Certificação Número: 2025020619101871370630

Informação obtida em 06/02/2025 12:33:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SECAP - SERVICOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.821.365/0001-91

Certidão nº: 88649174/2024

Expedição: 26/12/2024, às 10:28:30

Validade: 24/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SECAP - SERVICOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 14.821.365/0001-91, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE EMPRESA**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA** certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se habilitada para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO.... :	SECAP - SERVICOS E CONTABILIDADE PARA
ADMINISTRACAO LTDA - ME	
NOME FANTASIA.. :	SECAP
REGISTRO..... :	PB-000861/O-5
CATEGORIA..... :	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
CNPJ..... :	14.821.365/0001-91

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 26/12/2024 as 11:11:09.

Válido até: 26/03/2025.

Código de Controle: 7511.6878.5396.5840.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: HADES KLEYSTSON GOMES SAMPAIO
REGISTRO.....	: PB-008166/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.146.274-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 26/12/2024 as 10:46:23.

Válido até: 26/03/2025.

Código de Controle: 6940.4251.9669.7508.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: HADES KLEYSTSON GOMES SAMPAIO
REGISTRO.....	: PB-008166/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.146.274-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPB contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 26/12/2024 as 10:45:09.

Válido até: 26/03/2025.

Código de Controle: 1586.7542.3596.6961.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EMPRESA**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO.... :	SECAP - SERVICOS E CONTABILIDADE PARA
ADMINISTRAÇÃO LTDA - ME	
NOME FANTASIA.. :	SECAP
REGISTRO..... :	PB-000861/O-5
CATEGORIA..... :	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
CNPJ..... :	14.821.365/0001-91

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPB contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 26/12/2024 as 11:10:41.

Válido até: 26/03/2025.

Código de Controle: 7853.2412.9660.7529.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



Conselho Regional de Contabilidade da PARAÍBA

ALVARÁ DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL DE SOCIEDADE

O Conselho Regional de Contabilidade da PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto-Lei nº. 9.295/46, expede o presente Alvará de Organização Contábil, para que surta os efeitos legais.

REGISTRO Nº PB-000861/O-5

VÁLIDO ATÉ: 31/03/2025

IDENTIFICAÇÃO:

DENOMINAÇÃO..... : SECAP - SERVICOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA - ME
NOME DE FANTASIA... : SECAP
CATEGORIA : SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
CNPJ : 14.821.365/0001-91
ENDEREÇO : R DESEMBARGADOR TRINDADE, 332 LOJA 03, CENTRO - 58400-260

ATIVIDADES : CONTABILIDADE

TITULAR / SÓCIOS / RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

REGISTRO	NOME	CATEGORIA	TIPO DE VÍNCULO
PF-003453/K-6	CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO	NAO INFORMADA	SOCIO
PB-008166/O-2	HADES KLEYSTSON GOMES SAMPAIO	CONTADOR	SOCIO / Resp. Técnico

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 26/12/2024 as 11:11:34.
Válido até: 31/03/2025.

Código de Controle: 9571.7508.7978.5302.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

53

ALVARÁ

LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ENQUANTO ATENDER AS EXIGÊNCIAS LEGAIS

CONCEDIDO AO CONTRIBUINTE:

Inscrição: 11627349 / CMC: 527040

Nº do CGM: 2517368

Nome Completo: SECAP-SERVICO E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA

Nome Fantasia: SECAP

CNPJ / CPF: 14.821.365/0001-91

Grupo: 3



ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO:

Endereço: RUA DESEMBARGADOR TRINDADE

Numero: 332

Complemento: LOJA 03

Bairro: CENTRO

Data de Abertura: 05/01/2012

Data de Validade: 28/11/2025

CÓDIGO ATIVIDADE / ATIVIDADE PRINCIPAL

722131 Atividades de contabilidade

CÓDIGO ATIVIDADE / ATIVIDADE SECUNDÁRIAS

722200 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

722202 Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

Campina Grande, 28 de Novembro de 2024.

Observações:

- Alteração do endereço, atividade, razão ou denominação social comunicar à Secretaria no prazo de 30 dias;
- Verifique a autenticidade dos dados do alvará fazendo a leitura do QR-Code, exibido na parte superior deste, em um aplicativo leitor via celular;
- Manter em local visível

Assinado por 1 pessoa: ALDENI DINIZ DE ARAUJO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/3248-63AD-8E7E-F50D> e informe o código 3248-63AD-8E7E-F50D





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3248-63AD-8E7E-F50D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



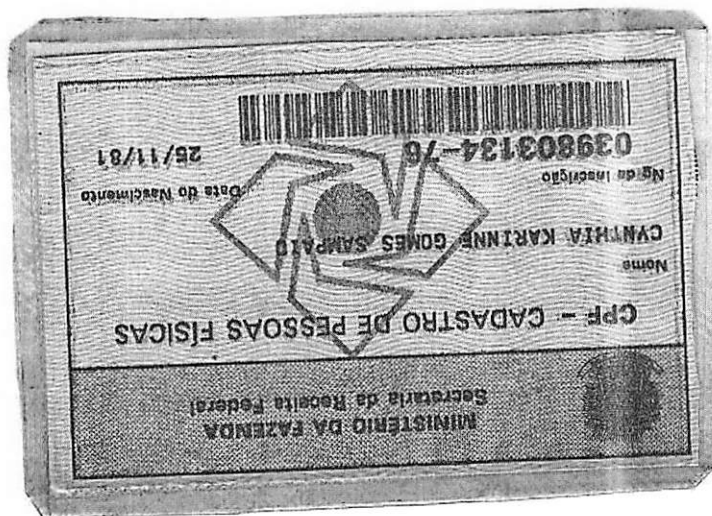
ALDENI DINIZ DE ARAUJO (CPF 049.XXX.XXX-13) em 28/11/2024 11:00:05 (GMT-03:00)

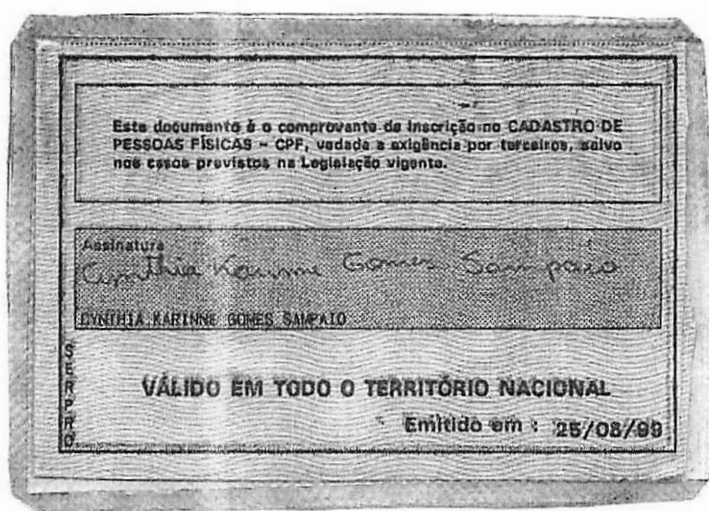
Papel: Parte

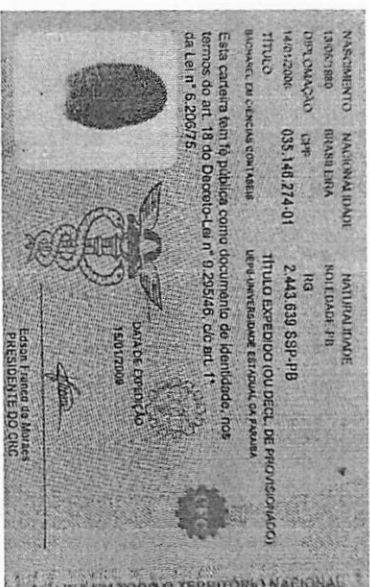
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://canilunagrande.1doc.com.br/verificacao/3248-63AD-8E7E-F50D>









Centro Universitário de João Pessoa

Certificado

O Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, certifica que HADES KLEYSTON GOMES SAMPAIO concluiu o Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" - CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, ministrado no período de 03 / 05 / 2004 à 22 / 03 / 2005, com carga horária de 390 horas, obtendo conceito "A" e frequência superior a 75%, razão pela qual faz jus ao título de Especialista em CONTROLADORIA E CONTABILIDADE.

João Pessoa/PB, 10 de JULHO de 2006

Prof. Dr. José Loureiro Lopes
Reitor

Profa. Ms. Vera Lúcia Azevedo de Medeiros
Pró-Reitora

Hades K. G. Sampaio
Concluente

HISTÓRICO ESCOLAR

Curso de Especialização em CONTABILIDADE E CONTABILIDADE, ministrado pelo UNIPÊ, de 03/05/01 a 22/03/05, com carga horária de 390 horas, aprovado pela Resolução nº 09/2004, de 13/07/2004, do CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO -- CONSEPE do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ.

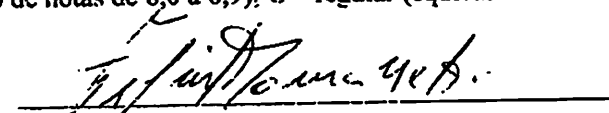
O Curso obedeceu às disposições da Resolução nº 01 de 03/04/01 da Câmara de Educação Superior - Conselho Nacional de Educação/MEC.

Disciplina	Hora-aula	Docente	Título	Frequência	Nota ou Conceito
Teoria da Contabilidade	30	Paulo Roberto Cavalcante	Mestre	75%	A
Metodologia do Ensino Superior I	15	Geovani Soares de Assis	Mestra	100%	A
Sistemas de Informações Gerenciais	30	Arturo Felinto Rodrigues	Mestre	100%	B
Contabilidade e Análise de Custos	30	José Dionísio Gomes da Silva	Doutor	100%	A
Análise das Demonstrações Contábeis	30	Carla Renata Silva Leitão	Mestra	100%	B
Contabilidade Gerencial	30	Aldo Leonardo Cunha Callado	Mestre	100%	A
Controladoria	30	Antônio Gomes Vieira Filho	Mestre	100%	A
Planejamento e Orçamento	30	Luiz Carlos Miranda	Doutor	100%	B
Processo Decisório	30	Ana Lúcia Carvalho de Souza	Mestra	80%	A
Contabilidade Pública	30	Joaquim Osório Liberalquino Ferreira	Mestre	100%	A
Gestão Tributária	30	João Dantas	Mestre	100%	A
Tópicos de Auditoria Contábil-Financeira	30	Roseane Milanez de Farias	Mestra	100%	B
Metodologia do Ensino Superior II	15	Geovani Soares de Assis	Mestra	80%	A
Monografia: <i>A Importância da Informação Contábil Gerencial como Instrumento de Gerenciamento para as Micros e Pequenas Empresas da Cidade de Campina Grande-PB</i>	30	Aldo Leonardo da Cunha Callado	Mestre	100%	A

Para a AVALIAÇÃO foram exigidas ATIVIDADES ESCRITAS E PRÁTICAS, às quais se atribuíram as seguintes notas ou conceitos:

A – ótimo (equivalente ao conjunto de notas de 9,0 a 10,0); B – bom (equivalente ao conjunto de notas de 8,0 a 8,9); C – regular (equivalente ao conjunto de notas de 7,0 a 7,9).

João Pessoa, 10 de julho de 2006


 Prof. Felinto de Sousa Neto
 Coordenador do Curso

Data da consulta: 26/12/2024 10:43:20

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **14.821.365/0001-91**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **SECAP - SERVICOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRACAO LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 19/12/2011**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Informações de Períodos como MEI Transportador Autônomo de Cargas

Não Existem

Voltar

Gerar PDF



Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas

Credenciada pela Portaria Ministerial nº 993
D.O.U. de 29 de junho de 1999
Mantida pelo CESED
Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento

DIPLOMA

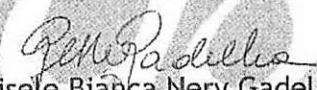
A Diretora-Presidente do Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento - CESED, no uso das suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Bacharelado em Administração - Habilitação em Gestão de Negócios, em 08 de Março de 2007, confere o título de Bacharela em Administração a CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO, brasileira, nascida no dia 25 de Novembro de 1981 em Soledade, Pb, cédula de identidade nº 2443646 SSP - PB, e lhe outorga o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Campina Grande, PB - 25 de abril de 2007

CYNTHIA KARINNE GOMES SAMPAIO

Diplomado


Albanisa Raposo Eulálio
Coordenadora Acadêmica


Gisele Bianca Nery Gadelha
Diretora-Presidente CESED



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE CONTROLE ACADÊMICO

Diploma registrado sob o n.º 35, do livro B-04, fls. 35, por delegação de competência nos termos do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Processo n.º 23096.00726207-00 PRG

Campina Grande, 07 de maio de 2007

Ezimar Patrício
Portaria R/GR/ nº 002/2002

Vicemário Simões
PRÓ-REITOR

Curso de Bacharelado em Administração, da
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Facisa
Reconhecido pela Portaria nº 3345 de 18/10/2004
publicado no DOU de 20/10/2004



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

DIPLOMA

A Reitora da Universidade Estadual da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

em 14 de janeiro de 2006

confere o título de **BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS** a

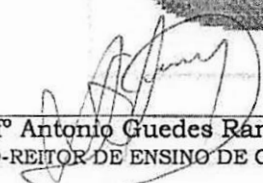
HADES KLEYSTSON GOMES SAMPAIO

de nacionalidade Brasileira, natural de Soledade - PB, nascido no dia 13 de maio de 1980, portador da identidade nº 2.443.639 - SSP/PB.

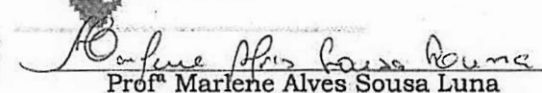
e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Campina Grande, 20 de fevereiro de 2006

TERRA E VIRTUDE LUMEN


Profº Antonio Guedes Rangel Junior
PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO




Profª Marlene Alves Sousa Luna
REITORA


DIPLOMADO(A)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RECONHECIDO PEL O DECRETO FEDERAL

Nº 82.673, DE 20/11/1978, PUBLICAD O

NO D.O.U. EDIÇÃO DE 21/11/1978

Isento de selo, de acordo com
a alteração 58ª à Lei nº 3.519,
de 30.12.1958.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
SETOR DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Registrado sob nº 282 do livro A-25
fls 282 nos termos do Art. 48 e seu parágrafo
1º da lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Processo nº 000177/2006

Campina Grande, 20 de fevereiro de 2006

Desiderio
Chefe do Setor

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA PARAÍBA

REGISTRO SOB O Nº 8166

CATEGORIA: CONTADOR

DATA DO REGISTRO 15/12/2008

[Assinatura]
Funcionário Resp. pelo Registro

[Assinatura]
Câmara do Registro Profissional



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Universidade Federal de Campina Grande

Diploma

O Reitor da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Administração, em 07 de novembro de 2003, confere o título de **Bacharel em Administração** a **Hades Kleystson Gomes Sampaio**, brasileiro, nascido em 13 de maio de 1980, em Soledade-PB, cédula de identidade nº 2443639 SSP/PB, e lhe outorga o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Campina Grande, 26 de agosto de 2005.

Hades K. G. Sampaio

Diplomado

Clebert José Alves

Coordenador de Controle Acadêmico
Clebert José Alves



Thompson Fernandes Mariz

Reitor
Thompson Fernandes Mariz



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTROLE ACADÊMICO

Diploma registrado sob o n.º 639, do livro A-04, fls. 639, por delegação de competência nos termos do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Processo n.º 23074.026212/2005 PRG

Campina Grande, 26 de agosto de 2005

Ezimar Patrício
Portaria R/GR/ nº 002/2002

Vicenário Simões
PRÓ-REITOR

Curso Reconhecido pela PORTARIA Nº 347 de
12/08/1983, publicado no D.O.U. de 18/08/1983

APOSTILA
O(a) diplomado(a) concluiu
a habilitação em:
Administração de Empresas

26/08/2005

Ezimar Patrício
Portaria R/GR/ nº 002/2002
UFCG - PRG
Mat. SIAPE 338213

Hades Sampaio

Contador CRC PB-
008166/O-2

Informações pessoais

E-mail
hadessampaio@gmail.com

Telefone
(83) 98180-6666

Habilidades

Criatividade na resolução de
problemas

Capacidade para trabalhar sob
pressão

Organização para gerir dados e
documentos

Precisão na documentação de
informações contábeis

Atitude ética no exercício de
atividades contábeis

Capacidade de aprendizado

Excelente organização

Habilidade em informática

Idiomas

Inglês

Contador analítico, organizado e focado nos detalhes com 19 (dezenove) anos de experiência na contabilidade pública. Profissional com espírito de equipe, responsável, excelentes habilidades em informática, com mentalidade aberta para sempre aprender mais e um histórico de entregar as soluções estratégicas de alta qualidade para resolver desafios.

Experiência laboral

2006 - 2024

Contador

Prefeitura Municipal de Coxixola, Coxixola-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2017

- atualmente

Contador

IPSER - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca, Lagoa Seca-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2017

- atualmente

Contador

IPM – Instituto de Previdência Municipal de Queimadas, Queimadas-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2009

- atualmente

Contador

Câmara Municipal de Queimadas, Queimadas-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Processamento da folha de pagamento ao final de cada mês, contribuindo para a transparência no cálculo do salário dos funcionários, considerando descontos de impostos e benefícios.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as

normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.

- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2017 - 2020

Contador

Câmara Municipal de Lagoa Seca, Lagoa Seca-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2017 - 2020

Contador

Câmara Municipal de Caturité, Caturité-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Processamento da folha de pagamento ao final de cada mês, contribuindo para a transparência no cálculo do salário dos funcionários, considerando descontos de impostos e benefícios.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2014 - 2019

Contador

IPSOL – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade, Soledade-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2013 - 2014

Contador

Câmara Municipal de Pombal, Pombal-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Processamento da folha de pagamento ao final de cada mês, contribuindo para a transparência no cálculo do salário dos funcionários, considerando descontos de impostos e benefícios.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.

- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2013 - 2014

Contador

Câmara Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião de Lagoa de Roça-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Processamento da folha de pagamento ao final de cada mês, contribuindo para a transparência no cálculo do salário dos funcionários, considerando descontos de impostos e benefícios.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2009 - 2012

Contador

Prefeitura Municipal de Lagoa Seca, Lagoa Seca-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2009 - 2012

Contador

Prefeitura Municipal de Boqueirão, Boqueirão-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2009 - 2012

Contador

Prefeitura Municipal de Pedra Branca, Pedra Branca-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2009 - 2012

Contador*Prefeitura Municipal de Riacho de Santo Antônio, Riacho de Santo Antônio-PB*

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2006 - 2012

Contador*IPSER - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca, Lagoa Seca-PB*

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2009 - 2012

Contador*IPM – Instituto de Previdência Municipal de Queimadas, Queimadas-PB*

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2009 - 2012

Contador*Câmara Municipal de Lagoa Seca, Lagoa Seca-PB*

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2009 - 2012

Contador*Câmara Municipal de Boqueirão, Boqueirão-PB*

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos

por Lei(s) para os Órgãos Públicos

- Processamento da folha de pagamento ao final de cada mês, contribuindo para a transparência no cálculo do salário dos funcionários, considerando descontos de impostos e benefícios.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2011 - 2012

Contador

Câmara Municipal de São Domingos do Cariri, São Domingos do Cariri-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Processamento da folha de pagamento ao final de cada mês, contribuindo para a transparência no cálculo do salário dos funcionários, considerando descontos de impostos e benefícios.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2006 - 2008

Contador

Prefeitura Municipal de Juazeirinho, Juazeirinho-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2006 - 2008

Contador

Câmara Municipal de Coxixola, Coxixola-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA – Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos
- Processamento da folha de pagamento ao final de cada mês, contribuindo para a transparência no cálculo do salário dos funcionários, considerando descontos de impostos e benefícios.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

2006 - 2008

Contador

Câmara Municipal de Juazeirinho, Juazeirinho-PB

- Responsável pela contabilidade e escrituração contábil, com elaboração de balancetes mensais, elaboração das Demonstrações Contábeis (PCA –

Prestação de Contas Anual) e, todos os outros demonstrativos exigidos por Lei(s) para os Órgãos Públicos

- Processamento da folha de pagamento ao final de cada mês, contribuindo para a transparência no cálculo do salário dos funcionários, considerando descontos de impostos e benefícios.
- Responsável por assegurar que lançamentos e registros seguissem as normas contábeis e a legislação pertinente, atendendo aos prazos e procedimentos exigidos.
- Preparação de relatórios financeiros, apresentando os dados para a administração e partes interessadas.

Formação acadêmica

- 2006

Ciências Contábeis

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB

Bacharel em Ciências Contábeis

- 2005

Controladoria e Contabilidade

UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa-PB

Pós Graduação "*Lato Sensu*", com Título de **Especialista em Controladoria e Contabilidade**

- 2003

Administração de Empresas

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB

Bacharel em Administração



SECAP
Serviços e Contabilidade
para a Administração Pública

PROPOSTA DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Campina Grande-PB, 02 de janeiro de 2025.

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Queimadas – PB.

Sr. Presidente,

Em atenção à solicitação de Proposta de Preço que nos foi enviada, para os serviços elencados no Anexo da Solicitação, apresentamos nosso preço para execução dos **Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria em Contabilidade Pública**, os quais consistem nos seguintes:

1. CONTABILIDADE

- 1.1. Assessorar a Elaboração da Contabilidade de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Vigentes e Normas aplicáveis do TCE;
- 1.2. Assessorar e acompanhar o Empenhamento Diário e Envio Diário ao SAGRES e Portal da Transparência do Ente, da movimentação Orçamentária e Financeira da Câmara Municipal;
- 1.3. Realizar a Conclusão de balancetes Mensais e Transmissão para o SAGRES;
- 1.4. Elaboração de Balanço Anual – PCA e demais Demonstrações Contábeis obrigatórias para encerramento do exercício;
- 1.5. Assessorar na Revisão, se necessária, do PPA, LDO e Orçamento da Câmara para o período 2026;
- 1.6. Assessorar a Elaboração da Proposta da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) para o exercício de 2026 e PPA (Plano Plurianual) para o período de 2025 - 2026;
- 1.7. Assessorar a Elaboração da Programação da Câmara para o Orçamento Programa Municipal exercício 2026;
- 1.8. Assessorar Acompanhamento técnico especializado no planejamento orçamentário e financeiro da Câmara através da emissão de relatórios gerenciais com detalhamento em linguagem acessível sobre a execução orçamentária e financeira da Câmara;
- 1.9. Assessorar na elaboração do RGF - Relatório de Gestão Fiscal e alimentação das informações no SICONFI;
- 1.10. Assessorar na elaboração e envio mensal das informações da Matriz de Saldos Contábeis - MSC;
- 1.11. Elaboração e transmissão da DCTF;

2. OBRIGAÇÕES FISCAIS

- 2.1. Orientação e controle da aplicação dos dispositivos legais vigentes (alíquotas de tributos, alíquotas previdenciárias) a que a Câmara Municipal esteja vinculada, sejam federais, estaduais ou municipais;
- 2.2. Elaboração dos registros fiscais obrigatórios, eletrônicos ou não, perante os órgãos municipais, estaduais e federais, bem como as demais obrigações que se fizerem necessárias;



Serviços e Contabilidade
para a Administração Pública

2.3. Atendimento às demais exigências previstas na legislação, bem como aos eventuais procedimentos fiscais.

3. DEPARTAMENTO DE PESSOAL

- 3.1. Assessorar no Registro de Servidores e serviços correlatos;
- 3.2. Elaboração da folha de pagamento dos Servidores e Agentes Políticos, bem como das guias de recolhimento dos encargos sociais e tributos afins;
- 3.3. Assessorar e orientar o controle da aplicação dos preceitos do Estatuto dos Servidores Municipais de Queimadas, bem como daqueles atinentes à Previdência Social Geral e Previdência Municipal e de outros aplicáveis às relações de trabalho mantidas pela contratante;
- 3.4. Elaboração da DIRF 2025 – Ano calendário 2024;
- 3.5. Elaboração e Transmissão Mensal do eSocial da Câmara;
- 3.6. Elaboração e Transmissão da RAIS 2025.

O valor previsto para os serviços de Contabilidade Pública acima elencados é de **R\$ 82.800,00 (Oitenta e Dois Mil e Oitocentos Reais)**, cujo valor mensal será de **R\$ 6.900,00 (Seis Mil e Novecentos Reais)** para o período de **12 (doze) meses**. O Valor proposto será fixo e irrevogável, salvo se necessário para repor perdas inflacionárias ou para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

Todos os serviços extraordinários não contratados que forem necessários ou solicitados pelo contratante serão cobrados à parte, com preços previamente convencionados.

Validade da Proposta é de 30 dias.

Condição de pagamento mensalmente até o último dia útil;

Finalizando, declaro estar de acordo com o que determina os ditames da Lei Nº 14.133/2021 e posteriores modificações.

Atenciosamente,

SECAP – SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA
HADES KLEYSTON GOMES SAMPAIO
CONTADOR CRCPB Nº 008166/O-2
CPF Nº 035.146.274-01
SÓCIO-ADMINISTRADOR



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº IN10002/2025

Queimadas - PB, 12 de Fevereiro de 2025.

1.0 - DO OBJETIVO

Tem a presente exposição de motivos o objetivo de esclarecer, em consonância com a legislação vigente, as razões da singularidade da seguinte despesa: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.**

2.0 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação do objeto acima descrito será efetuada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares constantes desta exposição de motivos, quando for o caso, motivada: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.0 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em decorrência das características e particularidades do objeto da contratação em tela, a mesma poderá ser efetuada junto a: **SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA - R\$ 82.800,00**; pretendo contratado muito bem conceituado no desempenho das atividades inerentes ao ramo pertinente a sua especialidade, apresentando ótima qualidade e preços dos seus serviços, já comprovados anteriormente, justificando, desta forma, a sua escolha.

Trata-se, além do mais, da contratação de serviços técnicos especializados com profissional ou empresa de notória especialização.

4.0 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor da referida contratação está satisfatório e compatível com os preços praticados no mercado, conforme a correspondente proposta apresentada e levantamento efetuado, mediante pesquisa apropriada, em anexo.

5.0 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Entende-se que a regra da obrigatoriedade da licitação não é absoluta, contemplando exceções, que a própria legislação enumera. Portanto a contratação em comento poderá ser acobertada por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21; considerado, ainda, o disposto na Lei Federal nº 14.039/20:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:"

"III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:"

"c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;"

Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020:

"Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade."



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

6.0 - DA CONCLUSÃO

A concretização da referida contratação poderia ocorrer com a aprovação de Vossa Excelência do processo em apreço, o qual está devidamente instruído com a documentação pertinente, inclusive a minuta do respectivo contrato.

Atenciosamente,

Maria de Nazaré Oliveira

MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA

Tesoureira da Câmara



Câmara Municipal

Cesira Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS - MAPA DE APURAÇÃO - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº IN10002/2025

Participantes	Unid.	Quant.	VI. Unit.	VI. Total	Class.	Obs.
1 - CONTABILIDADE 1.1. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA CONTABILIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE VIGENTES E NORMAS APLICÁVEIS DO TCE; 1.2. ASSESSORAR E ACOMPANHAR O EMPENHAMENTO DIÁRIO E ENVIO DIÁRIO AO SAGRESE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ENTE, DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL; 1.3. REALIZAR A CONCLUSÃO DE BALANCETES MENSIS E TRANSMISSÃO PARA O SAGRES; 1.4. ELABORAÇÃO DE BALANÇO ANUAL - PCA E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATORIAS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 1.5. ASSESSORAR NA REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DO PPA, LDO E ORÇAMENTO DA CÂMARA PARA O PERÍODO 2025; 1.6. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E PPA (PLANO PLURIANUAL) PARA O PERÍODO DE 2024 - 2025; 1.7. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA CÂMARA PARA O ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2025; 1.8. ASSESSORAR ACOMPANHAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DA CÂMARA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS COM DETALHAMENTO EM LINGUAGEM ACESSÍVEL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA; 1.9. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO DO RGF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL E ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO SICONFI; 1.10. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO E ENVIO MENSAL DAS INFORMAÇÕES DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS - MSC; 1.11. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA DCTF; 2. OBRIGAÇÕES FISCAIS 2.1. ORIENTAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES (ALÍQUOTAS DE TRIBUTOS, ALÍQUOTAS PREVIDENCIÁRIAS) A QUE A CÂMARA MUNICIPAL ESTEJA VINCULADA, SEJAM FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS; 2.2. ELABORAÇÃO DOS REGISTROS FISCAIS OBRIGATORIOS, ELETRÔNICOS OU NÃO, PERANTE OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, BEM COMO AS DEMAIS OBRIGAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS; 2.3. ATENDIMENTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO, BEM COMO AOS EVENTUAIS PROCEDIMENTOS FISCAIS. 3. DEPARTAMENTO DE PESSOAL 3.1. ASSESSORAR NO REGISTRO DE SERVIDORES E SERVIÇOS CORRELATOS; 3.2. ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRIBUTOS AFINS; 3.3. ASSESSORAR E ORIENTAR O CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS PRECEITOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE QUEIMADAS, BEM COMO DAQUELES ATINENTES À PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL E PREVIDÊNCIA MUNICIPAL E DE OUTROS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO MANTIDAS PELA CONTRATANTE; 3.4. ELABORAÇÃO DA DIRF 2024 - ANO CALENDÁRIO 2023; 3.5. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO MENSAL DO ESOCIAL DA CÂMARA; 3.6. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA RAIS 2023.						
SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA	SERVIÇO	12	6.900,00	82.800,00	1	

Queimadas - PB, 12 de Fevereiro de 2025

RESULTADO FINAL:


MARIA DE NAZARE OLIVEIRA

- SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA. Tesoureira da Câmara

14.821.365/0001-91

Item(s): 1.

Valor: R\$ 82.800,00



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 001/2025

**NOMEAR AGENTES DE CONTRATAÇÃO,
PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA
CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E
CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS DERIVADAS DA
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.**

O Prefeito Constitucional do Município de Queimadas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao novo Estatuto Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual nº 41.200, de 26 de abril de 2021:

R E S O L V E

Art. 1º Nomear os senhores RICARDO PEREIRA DE LIMA, inscrito no CPF nº 079.791.764-05 e JURANDIR DA SILVA, inscrito no CPF nº 092.969.074-54 para exercerem a função de AGENTES DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIROS do Município de Queimadas-PB, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, os agentes responsáveis pela condução do certame são designados pregoeiros.

Art. 2º Nomear os servidores ANGELA KARINE MARQUES PEREIRA, inscrita no CPF nº 050.273.944-46, MARCELA EDUARDA MAIA FARIAS DA SILVA, inscrita no CPF nº 119.125.414-32, ANA PAULA RAMOS BARBOSA inscrita no CPF nº 056.212.174-97 e MARCIA MARIA AGRA DINIZ, inscrita no CPF nº 021.051.064-12 para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão os Agentes de Contratação e os Pregoeiros no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições dos Agentes de Contratação e dos Pregoeiros a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º Os Agentes de Contratação ou os Pregoeiros convocarão os membros da equipe de apoio quando necessário e delegarão as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º Os Agentes de Contratação ou os Pregoeiros convocarão servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Queimadas, Estado da Paraíba, em 02 de janeiro de 2025.


DELUSIA BARROS DA SILVA
Prefeita Constitucional



Município de Queimadas
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS – PB
Rua João Barbosa da Silva, 120 – Queimadas-PB Fone: (83) 3392-2276

Mensário Oficial do Município
Criado pela Lei nº. 25, de 21 de Outubro de 2001



Mensário Oficial do Município - ANO XXIV – QUINTA-FEIRA, 02 DE JANEIRO DE 2025 / EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – PÁGINA

1



Município de Queimadas
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS – PB
Rua João Barbosa da Silva, 120 – Queimadas-PB Fone: (83) 3922-1225
CGC. – 08.742.264/0001-22

ATOS DO PODER EXECUTIVO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 001/2025, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE GESTÃO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e pelo Art. 156, I da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a mudança de gestão municipal, que se iniciará na data de hoje, 02 de janeiro de 2025, e a necessidade de estabelecer medidas de gestão de pessoal da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal,

DECRETA

Art. 1º. Os Secretários Municipais revisarão, no prazo de 30 (trinta) dias, todos os atos de cessão e permuta de servidores públicos, cabendo a Chefe do Executivo a revogação ou manutenção, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade, devendo os servidores cedidos ou permutados se apresentarem na Secretaria de sua lotação, para o retorno ao trabalho no dia 07 de janeiro de 2025.

Art. 2º. Ficam suspensas todas as licenças com ou sem vencimentos, por quaisquer motivos, cabendo a Prefeita a análise dos critérios de conveniência e oportunidade para sua renovação.

Art. 3º. Fica suspensa a concessão de gratificações e indenizações e pagamento de horas-extras pelo prazo de 30 (trinta) dias, até a posterior análise da legalidade do ato que a instituiu.

Art. 4º. A realização de qualquer despesa, ou a promoção de qualquer ato que as ocasione, por parte dos Secretários Municipais, fica condicionada à autorização expressa DO PREFEITO Municipal, independente da capacidade de ordená-las.

Art. 5º. Considerando a necessidade de manutenção dos serviços essenciais, fica autorizada a contratação de servidores pelo Executivo municipal, de forma a garantir a continuidade do fornecimentos dos serviços.

Art. 6º. Ficam sustadas todas as ordens bancárias de liquidação e pagamento de cheques, transferências de dinheiro e programação de débitos automáticos, devendo ser enviada uma cópia deste decreto para as instituições financeiras com as quais o Município de Queimadas tenha relacionamento.

Art. 7º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2025.

Gabinete DO PREFEITO Municipal de Queimadas (PB), em 02 de janeiro de 2025.

DELUSIA BARROS DA SILVA
Prefeita Constitucional do Município de Queimadas- PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 001/2025

PORTARIA Nº 001/2025

NOMEAR AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS DERIVADAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O Prefeito Constitucional do Município de Queimadas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao novo Estatuto Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Estadual nº 41.200, de 26 de abril de 2021:

RESOLVE

Art. 1º Nomear os senhores RICARDO PEREIRA DE LIMA, inscrito no CPF nº 079.791.764-05 e JURANDIR DA SILVA, inscrito no CPF nº 092.969.074-54 para exercerem a função de AGENTES DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIROS do Município de Queimadas-PB, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, os agentes responsáveis pela condução do certame são designados pregoeiros.

Art. 2º Nomear os servidores ANGELA KARINE MARQUES PEREIRA, inscrita no CPF nº 050.273.944-46, MARCELA EDUARDA MAIA FARIAS DA SILVA, inscrita no CPF nº 119.125.414-32, ANA PAULA RAMOS BARBOSA inscrita no CPF nº 056.212.174-97 e MARCIA MARIA AGRA DINIZ, inscrita no CPF nº 021.051.064-12 para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão os Agentes de Contratação e os Pregoeiros no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições dos Agentes de Contratação e dos Pregoeiros a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º Os Agentes de Contratação ou os Pregoeiros convocarão os membros da equipe de apoio quando necessário e delegarão as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º Os Agentes de Contratação ou os Pregoeiros convocarão servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Queimadas, Estado da Paraíba, em 02 de janeiro de 2025.

DELUSIA BARROS DA SILVA
Prefeita Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 002/2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Queimadas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos que preceitua a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e demais Legislações em vigor:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR a senhora MARIA SINFOROSA DUARTE CABRAL, CPF nº 996.670.534-15, para exercer em Comissão o Cargo de SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO do Município de Queimadas – PB, constante na Estrutura

MINUTA DO CONTRATO

INEXIGIBILIDADE Nº IN10002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250212IN10002

CONTRATO Nº:-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS E, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS - Rua Vereador José Anchieta Pachú, 03, Loteamento Correia Lima II - Queimadas - PB, CNPJ nº 10.853.984/0001-07, neste ato representada pelo Presidente RICARDO LUCENA DE ARAÚJO, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Sítio Zé Velho, S/N - Zona Rural - Queimadas - PB, CPF nº 237.696.374-53, Carteira de Identidade nº 382.046 - SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos: GESTÃO/UNIDADE: 01.010

PROGRAMA DE DESPESA: 3390.39

ELEMENTO DE DESPESA: 031 1001 3390.35 99

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



Câmara Municipal

Casa Vereador Godão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Queimadas.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Queimadas - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

Expediente: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º IN10002/2025

SECRETARIA DE FINANÇAS
Assunto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE
ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA
CÂMARA MUNICIPAL.

Legislação: Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21; e Lei Federal nº 14.039/20.

Anexo: Exposição de motivos correspondente e seus elementos, inclusive a minuta do
respectivo contrato.

DESPACHO

APROVO a correspondente proposta nos termos do expediente supramencionado. Acolho a situação de Inexigibilidade de Licitação, na forma como se apresenta neste procedimento de contratação direta, para atender a necessidade da demanda justificadamente requerida.

Remeta-se o processo, devidamente instruído de todos os seus elementos constitutivos, à apreciação da Assessoria Jurídica, para os fins e efeitos legais.

Queimadas - PB, 13 de Fevereiro de 2025.


RICARDO LUCENA DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - P.B

Origem: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º IN10002/2025
Assunto: SECRETARIA DE FINANÇAS
CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE
ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA
CÂMARA MUNICIPAL.
Interessados: Prefeitura Municipal de Queimadas e: SECAP SERVIÇOS E
CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA.
Anexo: Exposição de motivos correspondente e seus elementos, inclusive a minuta do
respectivo contrato.


PARECER

Analisada a matéria, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável ao reconhecimento da situação de Inexigibilidade de Licitação, como se contém no despacho de acolhimento exarado pela Senhora Prefeita, o qual está de acordo com o Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, consideradas, ainda, as disposições da Lei 14.039/20.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 72, da Lei 14.133/21; estando devidamente instruído, inclusive, dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar contendo, ainda, a análise de risco; termo de referência; estimativa da despesa definida na forma estabelecida no Art. 23, § 3º, da Lei 14.133/21; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; razão da escolha do contratado; justificativa de preço; e autorização da autoridade competente.

Esta Assessoria Jurídica esclarece, ainda, que deverá ser juntada aos autos a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 72, da Lei 14.133/21, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Queimadas - PB, 13 de Fevereiro de 2025.



JOSE MURILO-FREIRE DUARTE JUNIOR
Procurador Jurídico
OAB 15713/PB



Queimadas - PB, 14 de Fevereiro de 2025.

A PREFEITA DO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ADJUDICAR o objeto da Inexigibilidade de licitação nº IN10002/2025, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL**; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a:

- SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA.

14.821.365/0001-91

Item(s): 1.

Valor: R\$ 82.800,00

Publique-se e cumpra-se.


RICARDO LUCENA DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal



Queimadas - PB, 14 de Fevereiro de 2025.


A PREFEITA DO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

RATIFICAR o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025, que objetiva: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL; com base nos elementos constantes da exposição de motivos correspondente, a qual sugere a contratação de:

- SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA.
14.821.365/0001-91
Item(s): 1.
Valor: R\$ 82.800,00

Publique-se e cumpra-se.


RICARDO LUCENA DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal



Queimadas - PB, 14 de Fevereiro de 2025.

A PREFEITA DO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

AUTORIZAR a lavratura do respectivo contrato decorrente do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025, que objetiva: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CÂMARA MUNICIPAL.

Publique-se e cumpra-se.



RICARDO LUCENA DE ARAÚJO
Presidente da Câmara Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº IN10002/2025

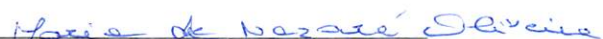
DECLARAÇÃO - PUBLICAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o ato que autoriza a contratação direta e o respectivo extrato do contrato decorrente do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025, foram divulgados no sítio eletrônico oficial abaixo indicado, onde serão mantidos à disposição do público, nos termos do Art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/21.

Sítio eletrônico oficial: www.queimadas.pb.gov.br ou <https://tce.pb.gov.br/>.

Queimadas - PB, 14 de Fevereiro de 2025.


MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA
Tesoureira da Câmara

INEXIGIBILIDADE Nº IN10002/2025

DECLARAÇÃO - PUBLICAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o ato que autoriza a contratação direta e o respectivo extrato do contrato decorrente do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025, foram divulgados no sítio eletrônico oficial abaixo indicado, onde serão mantidos à disposição do público, nos termos do Art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/21.

Sítio eletrônico oficial: www.queimadas.pb.gov.br ou <https://tce.pb.gov.br/>.

Queimadas - PB, 14 de Fevereiro de 2025.



JURANDIR DA SILVA
Agente de Contratação

INEXIGIBILIDADE Nº IN10002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 250212IN10002

CONTRATO Nº: 18021/2025-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS E SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS - Rua Vereador José Anchieta Pachú, 03, Loteamento Correia Lima II - Queimadas - PB, CNPJ nº 10.853.984/0001-07, neste ato representada pelo Presidente **RICARDO LUCENA DE ARAÚJO**, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Sítio Zé Velho, S/N - Zona Rural - Queimadas - PB, CPF nº 237.696.374-53, Carteira de Identidade nº 382.046 - SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA - RUA DESEMBARGADO TRINDADE, 332 - CENTRO - CAMPINA GRANDE - PB, CNPJ nº 14.821.365/0001-91, neste ato representado por Hades Kleystson Gomes Sampaio, Brasileiro, Solteiro, CPF nº 035.146.274-01, Carteira de Identidade nº 2443639 SSP/PQ, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:



O presente contrato, cuja lavratura foi devidamente autorizada, tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL.**

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 82.800,00 (OITENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS).

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	CONTABILIDADE 1.1. ASSESSORAR ELABORAÇÃO DA CONTABILIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE VIGENTES E NORMAS APLICÁVEIS DO TCE; 1.2. ASSESSORAR E ACOMPANHAR O EMPENHAMENTO DIÁRIO E ENVIO DIÁRIO AO SAGRES E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ENTE, DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL; 1.3. REALIZAR A CONCLUSÃO DE BALANCETES MENSIS E TRANSMISSÃO PARA O SAGRES; 1.4. ELABORAÇÃO DE BALANÇO ANUAL - PCA E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 1.5. ASSESSORAR NA REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DO PPA, LDO E ORÇAMENTO DA CÂMARA PARA O PERÍODO 2025; 1.6.	A SERVIÇO	12	6.900,00	82.800,00





Câmara Municipal

Casa Vereador Gedécio Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

<p>ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA) PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E PPA (PLANO PLURIANUAL) PARA O PERÍODO DE 2024 – 2025; 1.7. ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA CÂMARA PARA O ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL EXERCÍCIO 2025; 1.8. ASSESSORAR ACOMPANHAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DA CÂMARA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS COM DETALHAMENTO EM LINGUAGEM ACESSÍVEL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CÂMARA; 1.9. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO DO RGF – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL E ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NO SICONFI; 1.10. ASSESSORAR NA ELABORAÇÃO E ENVIO MENSAL DAS INFORMAÇÕES DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS – MSC; 1.11. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA DCTF; 2. OBRIGAÇÕES FISCAIS 2.1. ORIENTAÇÃO E CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIGENTES (ALÍQUOTAS DE TRIBUTOS, ALÍQUOTAS PREVIDENCIÁRIAS) A QUE A CÂMARA MUNICIPAL ESTEJA VINCULADA, SEJAM FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS; 2.2. ELABORAÇÃO DOS REGISTROS FISCAIS OBRIGATÓRIOS, ELETRÔNICOS OU NÃO, PERANTE OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, BEM COMO AS DEMAIS OBRIGAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS; 2.3. ATENDIMENTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO, BEM COMO AOS EVENTUAIS PROCEDIMENTOS FISCAIS. 3. DEPARTAMENTO DE PESSOAL 3.1. ASSESSORAR NO REGISTRO DE SERVIDORES E SERVIÇOS CORRELATOS; 3.2. ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRIBUTOS AFINS; 3.3. ASSESSORAR E ORIENTAR O CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS PRECEITOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE QUEIMADAS, BEM COMO DAQUELES ATINENTES À PREVIDÊNCIA SOCIAL GERAL E PREVIDÊNCIA MUNICIPAL E DE OUTROS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO MANTIDAS PELA CONTRATANTE; 3.4. ELABORAÇÃO DA DIRF 2024 – ANO CALENDÁRIO 2023; 3.5. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO MENSAL DO ESOCIAL DA CÂMARA; 3.6. ELABORAÇÃO E TRANSMISSÃO DA RAIS 2023.</p>				
			Total:	82.800,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:
Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos: GESTÃO/UNIDADE: 01.010

PROGRAMA DE DESPESA: 3390.39

ELEMENTO DE DESPESA: 031 1001 3390.35 99

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até 13/02/2026, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;



Câmara Municipal

Casa Vereador Gedeão Bezerra Lopes
QUEIMADAS - PB

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação

financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Queimadas.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Queimadas - PB, 14 de Fevereiro de 2025.

TESTEMUNHAS

Ricardo Pereira de Lima
049.791.764-05

Marcia Edmundo Reis Farias da Silva
11912597532

PELO CONTRATANTE

Ricardo Lucena de Araújo
RICARDO LUCENA DE ARAÚJO
Presidente da Câmara
237.696.374-53

PELO CONTRATADO

SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA
HADES KLEYSTON GOMES SAMPAIO
035.146.274-01



Câmara Municipal

Comunidade Queimadas - Loteamento Correia Lima II

Estado da Paraíba

CNPJ 10.853.984/0001-07

Endereço: Rua Vereador José Anchieta Fachú, 03 – Loteamento Correia Lima II

CEP: 58.475-000 - Queimadas - PB -

Fone: 083 - 3392-1242 - Site: www.camaradequeimadas.pb.gov.br - E-mail: cmqueimadas@gmail.com

PORTARIA/CMQ/Nº 047/2025

**DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO
DE FISCAL DE CONTRATO.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS-PB, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 7º, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA, matrícula nº 0000329, que exerce a função de TESOUREIRA, para acompanhar a execução dos Contratos Administrativos da Câmara Municipal de Queimadas-PB, atuando na condição de Fiscal Técnico e Administrativo de Contratos de aquisição e de prestação de serviços.

Art. 2º - Ao Fiscal Técnico e Administrativo caberá as seguintes atribuições:

- I. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;**
- II. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;**
- III. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;**
- IV. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;**
- V. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;**
- VI. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;**



Câmara Municipal

Casa Vereador Gabriel Soares Lima

CIDADE - PB

Estado da Paraíba

CNPJ 10.853.984/0001-07

Endereço: Rua Vereador José Anchieta Fachú, 03 - Loteamento Correia Lima II

CEP: 58.475-000 - Queimadas - PB -

Fone: 083 - 3392-1242 - Site: www.camaradequeimadas.pb.gov.br - E-mail: cmqueimadas@gmail.com

VII. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;

IX. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

X. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências previstas no

XI. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

XII. verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

XIII. examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

XIV. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

XV. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;

XVI. auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

XVII. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Queimadas, 02 de janeiro de 2025.


Ricardo Lucena de Araújo
Presidente



Município de Queimadas
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS – PB
 Rua João Barbosa da Silva, 120 – Queimadas-PB Fone: (83) 3392-2276

Alvensário Oficial do Município
 Criado pela Lei nº. 25, de 21 de Outubro de 2001



Alvensário Oficial do Município - ANO XXIV – QUARTA-FEIRA, 05 DE MARÇO DE 2025 / EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – PÁGINA

8

Queimadas - PB, 14 de Fevereiro de 2025

RICARDO LUCENA DE ARAÚJO – Presidente da Câmara

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV0001/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV10001/2025, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (FM) COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS – PB, PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: CIRNE PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA - R\$ 44.400,00.

Queimadas - PB, 03 de Fevereiro de 2025

RICARDO LUCENA DE ARAÚJO – Presidente da Câmara

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV0002/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV10002/2025, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E MANUTENÇÃO DO JARDIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS –PB; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: 53.764.191 EDILIO PEREIRA - R\$ 30.420,00.

Queimadas - PB, 20 de Fevereiro de 2025

RICARDO LUCENA DE ARAÚJO – Presidente da Câmara

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: GESTÃO/UNIDADE: 01.010 PROGRAMA DE DESPESA: 3390.39 ELEMENTO DE DESPESA: 031 1001 3390.35 99. VIGÊNCIA: até 13/02/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Queimadas e: CT Nº 18021/2025 - 14.02.25 - SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA - R\$ 82.800,00.

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DV0003/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV10003/2025, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E MANUTENÇÃO DO JARDIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS –PB; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: 53.764.191 EDILIO PEREIRA - R\$ 30.420,00.

Queimadas - PB, 20 de Fevereiro de 2025

RICARDO LUCENA DE ARAÚJO – Presidente da Câmara

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (FM) COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS – PB, PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA

MUNICIPAL DE VEREADORES. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV10001/2025, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: GESTÃO/UNIDADE: 01.010 PROGRAMA DE DESPESA: 2002 33 90.39 ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 99. VIGÊNCIA: até 03/02/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Queimadas e: CT Nº 15011/2025 - 03.02.25 - CIRNE PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA - R\$ 44.400,00.

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO E RONDA MOTORIZADA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV10002/2025, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: GESTÃO/UNIDADE: 01.010 PROGRAMA DE DESPESA: 2002 33 90.39 ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 99. VIGÊNCIA: até 20/02/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Queimadas e: CT Nº 15021/2025 - 20.02.25 - 26.729.956 MARIA OSELIA LOPES RODRIGUES - R\$ 31.200,00.

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E MANUTENÇÃO DO JARDIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS –PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV10003/2025, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: GESTÃO/UNIDADE: 01.010 PROGRAMA DE DESPESA: 2002 33 90.39 ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 99. VIGÊNCIA: até 20/02/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Queimadas e: CT Nº 15031/2025 - 20.02.25 - 53.764.191 EDILIO PEREIRA - R\$ 30.420,00.

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E PARECERES EM PROCESSOS LICITATÓRIOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN10001/2025, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: GESTÃO/UNIDADE: 01.010 PROGRAMA DE DESPESA: 2002 3390.35 ELEMENTO DE DESPESA: 031 1001 3390.35 99. VIGÊNCIA: até 14/02/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Queimadas e: CT Nº 18011/2025 - 14.02.25 - MURILLO DUARTE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - R\$ 118.800,00.

ESTADO DA PARAIBA
CAMARA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN0002/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN10002/2025, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: SECAP SERVIÇOS E CONTABILIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO LTDA - R\$ 82.800,00.

Queimadas - PB, 14 de Fevereiro de 2025

RICARDO LUCENA DE ARAÚJO – Presidente da Câmara



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 24/03/2025 às 08:51:18 foi protocolizado o documento sob o Nº 35717/25 da subcategoria Licitações, exercício 2025, referente a(o) Câmara Municipal de Queimadas, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Ricardo Pereira de Lima.

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Queimadas

Número da Licitação: 00002/2025

Órgão de Publicação: Jornal Oficial do Município

Data de Homologação: 14/02/2025

Responsável pela Homologação: Câmara Municipal de Queimadas

Modalidade: Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Tipo de Compra ou Serviço: Merenda Escolar

Valor: R\$ 82.800,00

Fontes de Recursos: Recursos não Vinculados de Impostos (500).

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 14

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 82.800,00

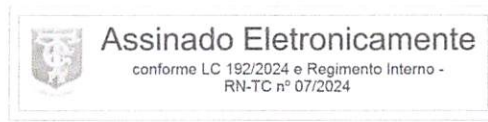
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): secap serviços de contabilidade para administração Ltda - me

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 14.821.365/0001-91

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	25ddf137b7d54dd867260b891bfe176a
Autorização da autoridade competente	Sim	ef8bbdb333a46c4b2b9f36091eabdcf3
Estimativa da despesa	Sim	ad20e3aa4a7164f5c8f02e1776aa64d5
Estudo Técnico Preliminar	Sim	4b79ea60e1294c128c07ec11cb313afd
Formalização de demanda	Sim	46bc869d94baf32afe7db65cb3279b19
Justificativa de preço	Sim	33ca09b781116f9d614f8bf712fd3e10
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	ea55bf50059580640d5261f7d8e6f1b5
Previsão Orçamentária	Sim	f1bc142322d827aea93799cbf973a5aa
Proposta 1 - Proposta e Anexos - secap serviços de contabilidade para administração Ltda - me	Sim	157108683bf39a065f62b911d01f515c

João Pessoa, 24 de Março de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 11/04/2025 às 08:37:17 foi protocolizado o documento sob o Nº 47213/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Câmara Municipal de Queimadas, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Ricardo Pereira de Lima.

Número do Contrato: 000180212025

Data da Publicação: 05/03/2025

Data da Assinatura: 14/02/2025

Data Final do Contrato: 13/02/2026

Valor Contratado: R\$ 82.800,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CAMARA MUNICIPAL.

Contratado (Nome): secap serviços de contabilidade para administração Ltda - me

Contratado (CNPJ): 14.821.365/0001-91

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 1

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	bd45d875c539e0d8c0feca8e96454668
Comprovações de regularidade da contratada	Sim	54f02a59114e1543e3ab7332a8da1484
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	f1bc142322d827aea93799cbf973a5aa
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	3fce23bd5751f07e97e97abc53704f41
Designação da fiscalização técnica do contrato	Não	
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Sim	015ff3820a07b579280d887df474d576

João Pessoa, 11 de Abril de 2025



Assinado Eletronicamente

conforme LC 192/2024 e Regimento Interno -
RN-TC nº 07/2024

Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB